



Nós somos o que o outro não é: representações de nacionalismo e alteridade latino-americana no discurso de brasileiros da Terceira Idade

Letícia Cestari Matui

Universidade Estadual de Campinas

Paula da Costa Souza

Universidade Federal de Alfenas

Resumo

A identidade no contexto pós-moderno configura um território complexo a ser percorrido devido à sua constante fragmentação e deslocamento. Nesse âmbito, compreende-se a alteridade como conceito-chave para a construção de identidades: ao passo que delimita a essência do que é o “outro”, o sujeito também se reafirma a partir do reconhecimento da diferença. Partindo desses conceitos e sob a finalidade de contribuir para as reflexões acerca da percepção que o brasileiro possui da identidade latino-americana, o trabalho analisou representações no/do discurso de nove entrevistadas do programa Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade Federal de Alfenas utilizando como metodologia a análise discursiva. Como resultado, o trabalho evidencia, ao contrastar a identidade brasileira com a identidade latino-americana, tanto representações discursivas que indicam um sentimento de superioridade quanto de inferioridade brasileira. Foi possível identificar, ainda, através das representações discursivas, a presença de resquícios do discurso nacionalista do regime militar brasileiro, no qual as entrevistadas viveram seus anos de formação, pavimentando a hipótese de que o discurso vigente na ditadura aflora como possível força contribuinte para a consolidação da memória discursiva das entrevistadas e de suas perspectivas em relação a si e ao outro latino-americano.

Palavras-chave: Identidade. Alteridade. Discurso. Memória discursiva. Latino-americano.

Submetido em: 30/01/2021

Aceito em: 20/10/2021

Publicado em: 30/12/2021



Departamento de Letras
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG –
CEP 317131-001 - Brasil

Letícia Cestari Matui



Possuo Licenciatura em Letras - Espanhol pela Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL/MG (2020) e sou mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Atualmente estudo questões de identificação e alteridade nas relações de brasileiros com o outro estrangeiro sob a ótica da perspectiva discursivo-desconstrutiva.



<http://lattes.cnpq.br/0952732333516586>



<https://orcid.org/0000-0002-4423-0014>



[Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - Unicamp](#)



Departamento de Letras
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG –
CEP 317131-001 - Brasil

Paula da Costa Souza



Atualmente é professora de ensino superior na Universidade Federal de Alfenas e membro do Grupo de Pesquisa de Estudos Hispânicos. Possui graduação em Letras Português (Bacharelado)/Espanhol (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade de São Paulo, instituição superior onde também realizou os estudos de Mestrado e Doutorado. Foi contemplada pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior pela agência de fomento CAPES, o que lhe permitiu aprofundar seus estudos e conhecimento de língua catalã na Universitat de Girona (Espanha).



<http://lattes.cnpq.br/7497970832989235>



<https://orcid.org/0000-0002-0588-5050>



NÓS SOMOS O QUE O OUTRO NÃO É: REPRESENTAÇÕES DE NACIONALISMO E ALTERIDADE LATINO-AMERICANA NO DISCURSO DE BRASILEIROS DA TERCEIRA IDADE

Letícia Cestari Matui (Universidade Estadual de Campinas)¹

Paula da Costa Souza (Universidade Federal de Alfenas)²

Considerações iniciais: identidade e alteridade na era pós-moderna

O pós-modernismo desencadeou a reconfiguração de estruturas e relações sociais como conhecidas até então, deslocando-as de seus posicionamentos aparentemente sólidos e apresentando um constante movimento de mutação em suas definições. Segundo Hall (2006), as identidades nesse contexto pós-moderno, assim como tantos outros conceitos até então concebidos como únicos, passam a configurar um território complexo de ser atravessado, já que a ideia de uma identidade singular para cada sujeito é refutada e a possibilidade de múltiplas identidades abrem diversos caminhos para se pensar nas relações e contradições identitárias do sujeito e entre sujeitos (Hall, 2006).

Nesse sentido, se um sujeito é capaz de carregar diversas identidades que podem ser contraditórias entre si, empurrando-o para diversas direções, é legítimo assegurar que qualquer tentativa de (re)afirmar uma identidade como única não parte de uma ação natural. Segundo Bauman (2005), somente o comprometimento de reafirmar o pertencimento a um grupo específico mantém uma identidade estática, e a tentativa constante de realizar essa tarefa só se apresenta ao sujeito a partir de um sentimento de

¹ e-mail: leticiamatui@gmail.com

² e-mail: paula.souza@unifal-mg.edu.br



insegurança quanto à garantia de sua permanência em um espaço, um grupo, uma sociedade.

Dessa maneira, Hall (2000) nos indica um pilar importante das questões identitárias: a identidade não deve ser vista como um conceito essencialista; pelo contrário, trata-se de um conceito estratégico, posicional. A identidade é construída por meio de práticas e discursos disseminados pelas mais diversas estruturas sociais, sendo vulnerável ao seu contexto histórico e a processos de transformação (Hall, 2000).

Outra característica fundamental dos processos identitários é a necessidade do reconhecimento da diferença para a construção e a manutenção de identidades. Assim como aponta Silva (2000), identidade e alteridade são conceitos interdependentes: só precisamos traçar identidades porque existe o reconhecimento de algo externo, diferente. Nas palavras do autor, “em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido” (Silva, 2000, p. 75). Delineamos quem somos a partir da comparação e diferenciação de grupos, acarretando a exclusão no movimento de alteridade: eu sou o que ele não é e vice-versa (Charaudeau, 2015).

Além da interdependência entre identidade e alteridade, Silva (2000) também nos aponta outra característica essencial desses conceitos: ambos são resultados de atos de linguagem. Compreendendo que tanto identidade quanto diferença não são elementos naturais da sociedade, elas devem ser fabricadas utilizando a linguagem como ferramenta de produção de sua existência, sob a necessidade de que identidade e diferença sejam nomeadas para persistir na realidade concreta (Silva, 2000). Neste trabalho, voltaremos nossa atenção para o nível do discurso, entendendo-o como uma prática e força criadora capaz de enraizar referências, memórias, diferenças e, conseqüentemente, identidades.



1 O poder de hierarquização no ato de representar o outro e sua relação com a consolidação da memória discursiva

Já que a linguagem é a base da construção do sujeito social, sendo capaz de transformar e criar valores a partir de atos linguísticos (Charaudeau, 2015), é evidente que a linguagem não deve ser encarada como mero instrumento comunicativo, sendo essencial sublinhar seu caráter *representativo*. Hall (1997) define a ideia de representação como a produção de significados de conceitos presentes em nossas mentes através da linguagem – ou seja, é a ponte construída entre o conceito e a linguagem que possibilita que os sujeitos sejam capazes de imprimir representações no mundo através de signos, o que se traduz na compreensão de que pessoas, objetos e verdades sociais são estrategicamente construídas pelas sociedades e seus diferentes sistemas culturais através das representações.

A fim de refletir acerca do papel da linguagem – e, mais especificamente, do discurso – na consolidação de representações sociais, buscaremos pincelar alguns conceitos apresentados por Bakhtin (2006a; 2006b), Foucault (1979; 1996; 2008) e Pêcheux (1999; 2008) nessa temática. Para começar, é preciso ressaltar que compreendemos as diferenças teóricas desses três autores: como aponta Gregolin (2006), Bakhtin participa dessas discussões localizado em um espaço-tempo diferente de Pêcheux e Foucault³, o que pode ser visto como um dos fatores que distanciam os autores em algumas de suas perspectivas teóricas. Em contrapartida, mesmo em meio a

³ Enquanto Pêcheux e Foucault vivenciaram os conflitos políticos na França entre as décadas de 1960 e 1980, partindo de um espaço-tempo em comum, Bakhtin produziu as obras “Marxismo e filosofia da linguagem” e “Problemas da poética de Dostoiévski” na União Soviética ao final da década de 1920, obras estas que passaram por uma “primeira recepção” na França ao final da década de 1960 (Gregolin, 2006).



desencontros, os três autores também possuem alguns pontos de convergência em seus posicionamentos teóricos (Gregolin, 2006), o que nos disponibiliza um terreno fértil para discussão, principalmente naquilo que diz respeito à articulação entre discurso e história, fator crucial para as nossas análises.

É importante sublinhar, também, que não nos propomos a apresentar um resumo de todos os conceitos dos autores – além de inviável, pouco nos contribuiria para a discussão proposta, sob o risco de tornar-se um texto confuso. Sendo assim, sublinharemos alguns conceitos que nos parecem relevantes acerca do discurso como prática capaz de criar verdades e memórias sob a perspectiva desses diferentes autores, a fim de mapeá-los em sua relação com a construção e manutenção identitária do sujeito através da representação de si e do outro.

Para Bakhtin (2006a), a condição para a existência e manutenção dos signos está estreitamente vinculada com a ideologia que lhe é atribuída. Em outras palavras, tudo aquilo que existe em nossa realidade social possui um símbolo que ultrapassa sua aparência física, sendo capaz de distorcer ou ser fiel a uma realidade, vulnerável às avaliações também de viés ideológico de estruturas sociais externas. O processo de atribuição dos signos ideológicos está estreitamente vinculado com o horizonte social de uma época ou grupo determinado, destacando a importância do contexto sócio-histórico nesse processo (Bakhtin, 2006a). Bakhtin (2006b) reafirma esse posicionamento ao tratar dos gêneros de discurso, distribuindo-os em gêneros discursivos primários (cotidianos) e secundários (de instituições específicas com viés artístico, científico, sociopolítico etc.), sendo o segundo um influenciador do primeiro, partindo de formações históricas e mesclando-se nos discursos aparentemente simples e cotidianos.

Nesse mesmo sentido, compreende-se que o discurso deve ser concebido como uma prática capaz não somente de transmitir ideias, mas principalmente como sendo



capaz de produzir referências em seus atos discursivos (FOUCAULT, 1996), confeccionando verdades em diferentes realidades sociais. Dessa maneira, é evidente que o discurso se localiza no cerne do exercício de poder, sendo capaz de hierarquizar através de suas representações discursivas que se espalham pelos mais diversos grupos sociais. Sendo assim, é necessário ressaltar que as práticas de poder nem sempre se manifestam como uma força vertical que irá negar ou oprimir – mais do que isso, trata-se de uma força produtiva capaz de atravessar formas de saber, de prazer e de interações sociais diversas (Foucault, 1979).

Voltando o olhar para as questões identitárias nesse contexto, Hall (2000) afirma que as identidades devem ser concebidas como conceitos produzidos sob perspectivas históricas e institucionais específicas justamente por emergirem dentro e através de práticas discursivas específicas, sendo tão suscetíveis às práticas de poder quanto os discursos dos quais elas emergem. Quando representamos discursivamente o “outro”, delimitamos o externo, o excesso, aquilo que supostamente não nos diz respeito. A identidade se sustenta pela “falta” – “mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (Hall, 2000, p. 110).

Ademais, Pêcheux (2008) aponta que o sujeito, tomado pelo anseio de ser pragmático, busca constantemente uma lógica homogeneizadora para si e para o mundo a sua volta – e esse desejo pelo “estável” reside nas práticas discursivas e pode se estender às articulações identitárias. Ou seja, para Pêcheux (2008), o discurso, justamente por partir de um sujeito pragmático em busca de estabilidade, está suscetível ao jogo de bipolarização lógica causado pelo reconhecimento da diferença, buscando uma coerência unívoca para si e para os outros.

Ao levarmos em consideração a importância das práticas discursivas na manutenção e dispersão de representações de alteridade e reafirmações identitárias,



expandiremos essa discussão para o movimento de aproximação e/ou afastamento do brasileiro em relação à identidade latino-americana. Nesse âmbito, é incontestável que a América Latina se configura como um território cultural heterogêneo, moldado por acontecimentos históricos diversos – e, sendo assim, qualquer tentativa de delimitar de forma única o “ser latino-americano” seria incorreto (Canclini, 2008). Contudo, apesar de ser um país que faz parte do território latino-americano, o Brasil ainda carrega em sua bagagem histórica diversas tentativas sociopolíticas de consolidar a identidade brasileira às custas da caricatura, rejeição e distanciamento do "outro" latino-americano, o que nos leva a compreender o paradoxo que o Brasil é e, simultaneamente, não é América Latina (Prado, 2001).

A fim de refletir sobre essa relação identitária marcada por tensões historicamente construídas, concentraremos nossa discussão em torno do discurso nacionalista dissipado por entre diversas camadas sociais durante o regime militar, para depois ponderarmos sobre seu papel nas representações discursivas de alteridade latino-americana de brasileiros. Esse recorte histórico nos é relevante pois, como será aprofundado posteriormente, os dados obtidos para análise neste trabalho advêm de entrevistas realizadas com pessoas que se encontram no quadro da Terceira Idade – e, sendo assim, são sujeitos que viveram seus anos de formação no regime ditatorial, absorvendo e manuseando o discurso nacionalista de maneira ativa. Dessa forma, sublinhamos a perspectiva histórica que nos permitirá identificar o objeto do discurso analisado, compreendendo que um único discurso é capaz de dar origem a vários outros. Ou seja, a partir dele, outras pessoas podem produzir e reproduzir referências e representações, traçando relações de semelhança, afastamento ou transformação (Foucault, 2008).



É legítimo afirmar, portanto, que o discurso, em relação direta com o contexto histórico, influencia na consolidação ou deslocamento da memória discursiva dos sujeitos. Halbwachs (1990) aponta o caráter social da constituição de memórias, além de sua capacidade de atravessar gerações – como é o caso, por exemplo, da memória de uma nação, já que um sujeito é capaz de carregar lembranças históricas emprestadas do pensamento nacional, mesmo que essas lembranças não sejam de vivências pessoais, emergindo no discurso em formato de noções, símbolos ou valores que se (re)apresentam de forma mais ou menos popular (Halbwachs, 1990).

Ou seja, ao considerar o diálogo entre discurso e memória, a memória é entendida como uma estrutura de materialidade discursiva complexa passível de repetição e/ou regularização. A memória discursiva demarca um território de conflitos entre memória e acontecimento discursivo, tensionando lembranças e esquecimentos, aproximações e rejeições (Pêcheux, 1999). As verdades internalizadas e disseminadas pela sociedade são capazes de atravessar décadas de maneira mais ou menos velada, opacas, consolidando uma memória discursiva que constitui uma nação através de um saber anônimo, mas presente (Coracini, 2003).

2 Contextualização histórica: o discurso nacionalista do regime militar brasileiro

Tendo em vista aquilo que entrelaça discurso, memória e identidade/alteridade latino-americana sob a perspectiva do brasileiro, focaremos no contexto histórico do regime militar brasileiro (1964-1985) e sua política externa em relação aos demais países latino-americanos, com a finalidade de traçar um caminho de reflexão a partir de duas hipóteses: que os discursos nacionalistas difundidos nessa época podem ser apontados como contribuidores à consolidação da memória discursiva de sujeitos que viveram



ativamente o período, e que resquícios desse mesmo discurso nacionalista podem emergir no discurso dos sujeitos quando a identidade brasileira e a identidade latino-americana são colocadas em contraste – mesmo que isso se dê de maneira inconsciente. Contudo, antes de adentrarmos na discussão de tais hipóteses, é necessário apresentar esse pano de fundo histórico do qual nos referimos.

Dentro do contexto brasileiro, diversos períodos evidenciaram discursos de ordem que tomaram como uma de suas premissas a delimitação da diferença para construir o ideal nacionalista, sendo o regime militar um desses. Germano (2008) aponta que o tema positivista de “ordem e progresso”, incorporado à Bandeira Nacional Brasileira de 1889, tomou conta dos discursos dos políticos militares e de seus aliados civis, estendendo-se ao longo das décadas e manifestando-se no regime militar. Partindo da convicção que o país só seria capaz de se desenvolver economicamente se a ordem fosse estabelecida, o Exército enfatizou medidas para garantir a suposta segurança nacional, o combate à desordem e à subversão comunista e a eliminação da corrupção (Germano, 2008).

No que diz respeito à identidade nacional almejada no período ditatorial, o Exército buscava educar civicamente o povo brasileiro a fim de consolidar um espírito nacional unificado nessa busca do desenvolvimento econômico, submetendo todas as manifestações culturais, sociais e educacionais a um funil homogeneizador (Germano, 2008). Nesse âmbito, Bauman (2005) aponta que a aspiração por uma identidade nacional única e propícia se traduz na busca pela obediência dos cidadãos – e, para isso, os Estados nacionais definiram, classificaram e segregaram tradições, leis e modos de vida dentro de uma nação para obter a estabilidade sociopolítica desejada.

Além disso, Bauman (2005) e Hall (2006) enfatizam que a consolidação da identidade nacional quase sempre parte do sentimento de soberania da nação – o que, evidentemente, expressa-se no reconhecimento e exclusão do “outro”, visto como uma



ameaça para a homogeneidade e hegemonia nacional. Segundo Canetti (1995), através de discursos que reforçam a ideia de ordem interna ao mesmo tempo que enfatizam o medo de forças externas, a população se mescla em uma massa que tende a permanecer unida. No contexto brasileiro, sob o discurso da ameaça externa subversiva e do Exército como salvador da segurança nacional, os militares, com apoio das classes dominantes, da Igreja Católica e com o financiamento dos Estados Unidos da América (Germano, 2008), instauraram e conduziram o regime militar exercendo a ordem ao caçar os ditos subversivos e corruptos ao mesmo tempo que educavam o brasileiro em busca do “Brasil potência”, utilizando *slogans* como “Brasil: ame-o ou deixe-o”, “Este é um país que vai pra frente” e “Pra frente, Brasil” (Fico, 2004).

Ao passo que o discurso nacionalista crescia no território brasileiro, o país também adotava políticas externas para atender seu objetivo de “Brasil potência” com base em sua dependência construída nas últimas décadas aos Estados Unidos da América, aceitando o papel dado por este de liderança perante os demais países latino-americanos, defendendo valores do mundo ocidental cristão tidos como ideais. Durante os “anos de chumbo”, o governo militar apoiou golpes de Estado na Bolívia, no Uruguai e no Chile na busca por sua hegemonia latino-americana em uma espécie de “subimperialismo”, esforçando-se para alcançar seu objetivo de desenvolvimento econômico a todo custo (Fernandes, 2010).

À vista disso, fica evidente que, à medida que almejava enraizar o sentimento nacionalista dentro do território brasileiro através do discurso de ordem, o Brasil também buscava atender sua agenda de desenvolvimento desenfreado em suas medidas externas, auxiliando na fabricação de um discurso de superioridade brasileira mesmo que isso o levasse a virar as costas ao resto da América Latina, o que nos compele a apontar essa perspectiva como uma das possíveis bases para a construção de memórias e



referências de si e do outro na relação do brasileiro com os demais países latino-americanos.

3 Uma breve exposição metodológica

Este trabalho faz parte das considerações exploradas no Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Letras – Espanhol da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) intitulado “O papel do discurso nacional no imaginário coletivo: percepções acerca da identidade latino-americana” (Matui, 2020), e as hipóteses partem desse mesmo trabalho. Quanto à coleta de dados, foram realizadas entrevistas com nove alunas do curso de Espanhol do programa Universidade Aberta à Terceira Idade da UNIFAL-MG entre março e abril de 2019, de idades que variavam entre 57 a 74 anos, todas residentes do município de Alfenas, Minas Gerais, no ano de desenvolvimento das entrevistas.

As entrevistas seguiram um roteiro desenvolvido sob o método de “tópicos-guia”, que possibilitava que as entrevistadas explorassem as temáticas de política e identidade de uma forma mais ou menos livre, com o propósito de que os dados fossem obtidos da maneira mais natural possível em contexto de entrevista (Gaskell, 2013). Os dados obtidos foram analisados a partir das teorias que entrelaçam o discurso, a história e a memória aqui contemplados e, para isso, destacamos em tabelas os fragmentos retirados dos discursos das entrevistadas que polarizam representações referentes ao discurso nacionalista e a relação de alteridade das entrevistadas com o outro latino-americano, classificando-as em esferas positivas e negativas a fim de embasar nossas reflexões.

4 Primeira hipótese: o discurso nacionalista como (possível) auxiliador na constituição da memória discursiva

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 8	n.2	1-28	e021005	2021
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



Tendo em mente os discursos propagados pelo governo militar durante o período ditatorial (1964-1985), que emprestavam do lema positivista de necessidade da ordem para ser possível o progresso, além de exaltar a supremacia nacional e cristã, levantamos a primeira hipótese do trabalho: pessoas que viveram ativamente nos anos do regime militar e estiveram em contato com o discurso nacionalista poderiam utilizar desse mesmo discurso para dissipar valores, referências e representações atualmente, mesmo que isso ocorresse de maneira inconsciente, considerando o discurso nacionalista militar como um possível auxiliador na constituição da memória discursiva das entrevistadas.

O primeiro pilar de sustentação para essa hipótese diz respeito às entrevistadas em contato com o discurso nacionalista. Esse discurso não é algo exclusivo do regime militar, podendo ser observado em momentos históricos anteriores e posteriores ao período. Entretanto, demarcamos o regime militar e, principalmente, seu discurso nacionalista tendo em vista a idade das entrevistadas tanto atualmente quanto durante o período:



Tabela 1: idade das entrevistadas referente aos anos de 1964, 1968-1974, 1985 e 2019.

	Idade (2019)	Idade: início do regime militar (1964)	Idade: “anos de chumbo” (1968-1974)	Idade: final do regime militar (1985)
Entrevistada 1	60 anos	5 anos	9-15 anos	26 anos
Entrevistada 2	64 anos	9 anos	13-19 anos	30 anos
Entrevistada 3	63 anos	8 anos	12-18 anos	29 anos
Entrevistada 4	57 anos	2 anos	6-12 anos	23 anos
Entrevistada 5	74 anos	19 anos	23-29 anos	40 anos
Entrevistada 6	70 anos	15 anos	19-25 anos	36 anos
Entrevistada 7	62 anos	7 anos	11-17 anos	28 anos
Entrevistada 8	71 anos	16 anos	20-26 anos	37 anos
Entrevistada 9	66 anos	11 anos	15-21 anos	32 anos

É possível observar que todas as entrevistadas estavam entre a infância e a adolescência em 1964, ano que deu início ao regime militar, e já se encontravam na fase adulta ao final da ditadura. Destacamos, aqui, os “anos de chumbo” (1968-1974) – anos esses conhecidos como o período de maior repressão sociopolítica e ênfase nos discursos de expansão econômica (Fernandes, 2010) – em relação às idades das entrevistadas, já que três entrevistadas vivenciaram o período entre a infância e a adolescência, outras quatro entrevistadas entre a adolescência e o início da vida adulta e duas entrevistadas percorreram o período no início de sua vida adulta. Já que os discursos nacionalistas foram amplamente difundidos entre a população brasileira com a finalidade de moldar um ideal do cidadão nacional, acreditamos que a exposição constante que atravessou os anos de formação das entrevistadas fortalece nossa hipótese que indica o discurso nacionalista como possível auxiliador na constituição de suas memórias discursivas.



O segundo pilar de sustentação de nossa primeira hipótese indaga sobre persistência de resquícios desse mesmo discurso nacionalista no discurso das entrevistadas atualmente. Com perguntas que abrangeram temáticas de política e vida cotidiana entre as décadas de 60 e 90, observamos em suas respostas representações discursivas de valores sociais que podem remeter ao discurso nacionalista vigente no regime militar brasileiro – tanto naquilo que as entrevistadas apontaram como fatores positivos e vistos como essenciais para a sociedade, quanto fatores negativos da sociedade brasileira atual:

Tabela 2: colocações positivas e negativas das representações discursivas nacionalistas de acordo com o discurso das entrevistadas.

	Colocações positivas	Colocações negativas
Representação de ordem/desordem	Lei; ordem; rigoroso; diretriz; medo; repreensão; respeito (às leis); segurança; tradição; patrimônio, poder, comando	Rebeliões; permissividade/permissivo; “vamos contestar”; libertino; “abrir as porteiras”; “soltar o galope”; “rédea bamba”, baderna, arruaça, contestação, bagunça
Representação do “bom/mal” sujeito social	Cidadão; útil à sociedade; viver dignamente, honradamente na sociedade	Corrupção
Representação de valores familiares e cristãos	Respeito (à família); família; benção; pudor; rezar	Permissivo

As entrevistadas apontaram, em linhas gerais, aquilo que consideravam positivo durante seus anos de formação e aquilo considerado importante para a vida em sociedade⁴. Naquilo considerado negativo, as entrevistadas mostraram diversos graus de

⁴ Exemplos: [Entrevistada 4]: (1) “Geração de 60 e 70 foi uma geração que foi mais rigorosa e eu... a gente viveu muito bem, porque tudo tem que existir diretriz e ordem nessa vida (...);” (2) “Você tem que educar o indivíduo para que ele seja um cidadão, para que ele seja útil à sociedade, para que ele possa viver, né, dignamente,



insatisfação com a realidade brasileira atual⁵ – e é interessante apontar que aquilo colocado como representações negativas aos olhos das entrevistadas podem ser entendidas como antônimos dos valores nacionalistas, vistos como positivos. O fato de que, com exceção à entrevistada 7, nenhuma das pessoas entrevistadas se posicionou a favor do regime militar, além de não ter explicitamente vinculado suas representações com valores nacionalistas, pode ser apontado como fator a fortalecer a primeira hipótese levantada, a qual suscita a influência do discurso nacionalista na constituição da memória discursiva que podem emergir nos discursos atuais mesmo que de maneira opaca, velada, em formato de valores generalizados e senso comum.

5 Segunda hipótese: identidade brasileira x identidade latino-americana e o (possível) papel do discurso nacionalista

A segunda hipótese levantada no trabalho está diretamente vinculada com a primeira hipótese, quase como uma continuação: se o discurso nacionalista vigente no regime militar brasileiro faz parte daquilo que constitui o imaginário discursivo das entrevistadas, então é possível que esse mesmo discurso apareça em suas considerações quando a identidade brasileira é colocada em contraste com a identidade

honradamente na sociedade”; (3) “Nos anos 70 existiu um *slogan* que era o seguinte: ‘Esse é um país que vai pra frente...’. Adoraria... que o Brasil seria o celeiro do mundo; deveria ser”.

[Entrevistada 5]: (4) “A gente respeitava o pai e a mãe, era de tomar benção”.

[Entrevistada 8]: (5) “Tinha mais respeito”; (6) “Era mais família”.

⁵ Exemplos: [Entrevistada 4]: (7) “Geração permissiva, uma geração que, assim, ‘vamos contestar’”.

[Entrevistada 5]: (8) “Agora, hoje não, hoje eles perderam o respeito (...). Não tem aquele... sei lá, aquele respeito (...) aquele título de família”.



latino-americana⁶. Nesse âmbito, as perguntas giraram em torno das percepções das entrevistadas em relação às medidas de integração latino-americana e à maior diferença entre o Brasil e os demais países da América Latina⁷. Podemos categorizar as respostas em dois grandes grupos: aquelas que consideram o Brasil atual como inferior aos demais países latino-americanos (Grupo 1) e aquelas que consideram o Brasil atual como superior aos demais países (Grupo 2):

Tabela 3: representações das entrevistadas que consideram o Brasil como inferior aos demais países latino-americanos (Grupo 1).

Grupo 1		
	Representações negativas do Brasil atual	Representações positivas dos demais países latino-americanos
Representação de ordem/desordem e desenvolvimento	Permissivo; falta de respeito; contestações; não respeitam o patrimônio público; bagunça/bagunceiros; (falta de) tradição	Organização/organizados, tradição, temor às normas/leis
Representação do “bom/mal” sujeito social	(Falta de) consciência de cidadão e vida em comum, sem boas intenções	Paixão pelo país

⁶ É importante ressaltar que todas as entrevistadas, com exceção à entrevistada 8, responderam positivamente à pergunta final “Você se considera latino-americana?”.

⁷ Por se tratar de entrevistas-piloto, as três primeiras entrevistas não abrangeram a pergunta “Qual é a maior diferença entre o Brasil e os demais países latino-americanos?”, adicionada posteriormente.



Tabela 4: representações das entrevistadas que consideram o Brasil como superior aos demais países latino-americanos (Grupo 2).

Grupo 2		
	Representações positivas do Brasil atual	Representações negativas dos demais países latino-americanos
Representação de ordem/desordem e desenvolvimento	Diplomático; sede (do MERCOSUL); evolução; muito rico; mais à frente que os outros	Decadência; precisam de ajuda; não têm tantos recursos
Representação do “bom/mal” sujeito social	“O brasileiro é melhor”; “O Brasil ainda é melhor que a Argentina”	“Muito sujos”

Verificando o contraste entre as representações do “outro” latino-americano a partir da visão das entrevistadas brasileiras, é interessante observar que, mesmo sob perspectivas diferentes, os dois grupos utilizaram de representações discursivas muito parecidas – se não as mesmas – daquelas vinculadas ao discurso nacionalista brasileiro. Para o Grupo 1, de modo geral, o sentimento de inferioridade brasileira não parte da incapacidade do país, mas sim de uma descrença com a política⁸ e os valores sociais atuais⁹, que podem ser vistos como representações contrárias ao discurso de ordem

⁸ Exemplos: [Entrevistada 1]: (9) “Eu não gosto de política, não gosto de História (...). Sou tão descrente com o meu país que... nem sei... Não assisto nada de... nem jornal eu assisto, sabe assim?”.

[Entrevistada 3]: (10) “Olha, eu acho que [o MERCOSUL] até seria [positivo], (...) mas me fala o que que funciona, me fala”.

⁹ Exemplos: [Entrevistada 4]: (11) “O brasileiro precisa de muita consciência em termos de cidadão, de vida em comum, de respeito sabe? E os anos 90 (...) uma degeneração em termos de... (...) de lá pra cá, a música, a arte, muitas coisas... (...) Agora com essas contestações, com esses absurdos, com essa falta de respeito, se você não respeita a religião de qualquer segmento, se você não respeita o patrimônio público (...)”.

[Entrevistada 7]: (12) “Em relação à Argentina, eu tenho até inveja, porque pra mim é um país de Primeiro Mundo... quase. Em relação ao Brasil. (...) Em relação ao Peru, por exemplo, (...) eu acho muito bonita a paixão que ele tem pelo Peru (...), Uruguai (...) apesar de ser um país de política diferente... mas é um país muito bem organizado. Eu... eu acho que é a organização [a maior diferença]”.



considerado ideal – a permissividade é a falta de respeito, as contestações e as bagunças são o contrário da ordem, a falta de consciência de como ser um bom cidadão advém da falta de apego às tradições, dentre outros.

Em relação ao Grupo 2, mesmo demonstrando descontentamento com a realidade brasileira atual, quando as entrevistadas foram levadas a confrontar a relação de alteridade entre o “eu” brasileiro e o “outro” latino-americano, destaca-se em seus discursos a percepção do Brasil como superior aos demais países latino-americanos. Nesse sentido, é possível refletir se esse sentimento de superioridade advém de resquícios dos valores dos discursos nacionalistas do regime militar brasileiro, já que tanto a política interna quanto a política externa do período se debruçaram sobre o discurso de maior desenvolvimento e liderança brasileira¹⁰. Para o Grupo 2, em suma, o Brasil é superior porque é diplomático, evoluído, muito rico, à frente dos outros; já os outros países são representados com elementos opostos ao desenvolvimento, como decadentes, precisam da ajuda do Brasil, são desorganizados (“sujos”), com poucos recursos e, portanto, são representados como inferiores.

Sendo assim, levando em consideração nossa primeira hipótese de que as entrevistadas ainda carregam resquícios do discurso nacionalista militar em seu imaginário discursivo, acreditamos que nossa segunda hipótese também se sustenta

[Entrevistada 8]: (13) “Até onde eu fui, sempre fomos recebidos bem, né? O brasileiro vai [pra outros países] pra bagunçar, sabe? Vai e bagunça”.

¹⁰ Exemplos: [Entrevistada 5]: (14) “O Brasil ficou como a sede, não foi? Desse MERCOSUL... (...) Mas eu tenho a impressão que é porque é um país com um pouco mais de evolução do que... porque o Brasil é muito rico!”; (15) “Ah, nem se compara! (...) O brasileiro é melhor. O argentino não é tão ruim (...), mas o Brasil ainda é melhor que a Argentina. Agora, o Paraguai, não... O Paraguai... Nossa Senhora. Foi muito ruim, não gostei daquilo lá, não”. [Entrevistada 6]: (16) “Ah, [o MERCOSUL] é bom pro Brasil. (...) Foi positivo, sim, só que quando o Lula entrou que não foi bom, que ele começou a querer ajudar esses países que tão em decadência, né? Aí foi que ele... tirou daqui e pôs lá, né? (...)”; (17) “A diferença é que o nosso país é um país rico, né? (...) Muito desses países aí, eles não têm muito... né... tantos recursos quanto o país, o Brasil tem, né? Tanto é que muitas vezes eles precisam da ajuda do Brasil, né?”.



quando observamos os resultados obtidos através das representações da noção de alteridade das entrevistadas, pautados em elementos muito semelhantes daqueles observados na sessão anterior do trabalho.

Considerações finais

Fiorin (1998) distingue o nível de fala do nível de discurso ao colocar o primeiro como a exteriorização do segundo, sendo este “(...) combinações de elementos linguísticos (...) usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de *agir sobre o mundo*” (Fiorin, 1998, p. 11, grifo nosso). É pensando no discurso como prática que compreendemos sua capacidade de formar e transformar referências, valores e representações do mundo social do qual fazemos parte.

Como afirma Bakhtin (2006a), aquilo que dizemos e aquilo que escutamos não são apenas palavras em sua concretude linguística, mas também se traduzem em representações boas, ruins, polêmicas etc. Além disso, ao voltarmos nosso olhar para o ato discursivo, também levamos em consideração aquilo apontado por Foucault (2008) quando o autor indica a análise do campo discursivo como uma reflexão da posição de determinado discurso em determinado contexto, “por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (Foucault, 2008, p. 31).

É a partir dessa perspectiva que embasamos nosso trabalho. Como apontamos anteriormente, o discurso nacionalista não é algo exclusivo do regime militar; ele existiu antes, durante e depois do período, manifestando-se em algumas estruturas sociais até



atualmente. Traçamos esse laço entre memória discursiva, representações de si e do outro e o discurso nacionalista do regime militar tendo em vista o grupo selecionado para entrevistas: sujeitos da Terceira Idade que vivenciaram a propagação massiva desse discurso em seus anos de formação – e, a partir disso, refletimos sobre a posição ocupada por esse discurso na memória discursiva das entrevistadas, porque deve ser esse discurso, porque não poderia ser outro tendo em vista o contexto.

Não alegamos ser impossível relacionar o discurso nacionalista com as representações atuais de outros grupos sociais, afinal, como aponta Halbwachs (1990), as memórias construídas socialmente são capazes de atravessar séculos, transformando-se em valores e verdades que a maioria aceita como legítimas, mesmo que nem sempre saibam sua origem. Pêcheux (1999) nos lembra que a memória, assim como o discurso, é construída por práticas sociais, repetindo-se e regularizando-se ao longo da sua existência, sofrendo deslocamentos através dos acontecimentos discursivos. O que propusemos em nossas análises partiu da ideia de que, se as entrevistadas foram contemporâneas ao regime militar, possivelmente o discurso nacionalista ainda impulsiona certos valores e referências que, por sua vez, também seriam capazes de moldar as representações de si e do outro ao se refletir sobre o “ser brasileiro” e o “ser latino-americano”.

Como afirma Bauman (2005), discutir questões identitárias significa percorrer um campo de batalha, levando o sujeito a compreender que não existe um caminho único, muito menos uma resposta única para qualquer problemática que envolva reconhecer quem somos e reconhecer quem o outro é. Contudo, apesar de se mostrar como um campo complexo a ser explorado, cheio de obstáculos e incertezas, refletir sobre as questões de identidade e alteridade faz parte da experiência humana e não podemos nos esquivar disso. Além disso, se somos passíveis de admitir não apenas uma, como



diversas identidades ao longo de nossas vidas (Bauman, 2005; Hall, 2006), é perfeitamente aceitável que as entrevistadas assumam sua identidade latino-americana assim como a sua identidade brasileira, sendo aceitável também que essas identidades entrem em conflito em alguns momentos, sendo, então, necessário fazer a escolha entre uma e outra.

Como aponta Coracini (2003), quem pensamos que somos e o que pensamos observar no outro externo, no alheio, está permeado de considerações de terceiros. Herdamos suas referências mesmo sem saber o motivo, construímos a narrativa do “eu” e do “outro” através “do que ficou silenciosamente abafado na memória discursiva, como um saber anônimo, esquecido” (Coracini, 2003, p. 202). Ainda segundo a autora, a identidade é naturalizada através dos processos do inconsciente e está fadada a ser sempre incompleta, sempre em andamento em um processo de construção e manutenção sem fim. Buscamos quem somos porque nunca seremos verdadeiramente completos, únicos e estáveis.

Dessa maneira, compreendendo a relação de alteridade como crucial para as discussões identitárias (Silva, 2000) e atrelando-a à memória discursiva construída através de processos histórico-sociais, acreditamos que, contrastando nossas hipóteses com as representações assinaladas, é possível contemplar um ângulo que considera o discurso nacionalista no processo de construção da memória, capaz de influenciar valores e opiniões das entrevistadas e, portanto, capaz também de emergir nas representações discursivas de si e do outro latino-americano.

Nessa esfera, é preciso ressaltar que, apesar das entrevistadas terem se identificado como latino-americanas, de modo geral, as relações do brasileiro com essa identidade e com o resto da América Latina ainda se mostram conflituosas: como apontam Onuki, Mourón e Urdinez (2016), o brasileiro ainda tende a recusar a identidade latino-



americana, além de se mostrar avesso à ideia de disponibilizar apoio financeiro a outros países e às políticas de livre circulação pelo continente. Os autores apontam, ainda, para um sentimento de superioridade observado no brasileiro em relação ao resto da América Latina, já que a maioria dos brasileiros entrevistados acreditam que o Brasil possui uma capacidade natural de liderança perante os demais países latino-americanos (Onuki; Mourón; Urdinez, 2016). Essa relação marcada por tensões entre o brasileiro e o resto da América Latina está longe de ser totalmente resolvida, andando em cordas bamba, aproximando-se e afastando-se constantemente em um movimento sem fim.

Tendo em vista a amplitude das discussões de identidade/alteridade, o que possibilita a análise e reflexão de diversas perspectivas sob o pano de fundo de diversos contextos sociais e históricos, é evidente que nosso trabalho aborda apenas um recorte de espaço e tempo específicos, buscando contribuir um pouco às discussões de identidade latino-americana. Por fim, acreditamos que o campo de estudo que abrange a perspectiva do brasileiro em relação ao outro latino-americano vem se mostrando cada vez mais fértil, cheio de possibilidades e passível de aprofundamentos promissores, voltando-se ao passado para compreender um pouco do presente e viabilizando novas formas de conceber o outro e, assim, também conceber a si mesmo.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006a

_____. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 4. ed., 2ª Tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	V. 8	n.2	1-28	e021005	2021
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



CANCLINI, N. G. *Latinoamericanos buscando un lugar en este siglo*. 1ª Ed. 3ª Reimp. Buenos Aires: Paidós, 2008.

CANETTI, E. *Massa e poder*. Tradução Sérgio Tellarori. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

CHARAUDEAU, P. A identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. Tradução Clebson Luiz de Brito e Wander Emediato de Souza. In: LARA, G. P. & LIMBERTI, R. P. (org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015.

CORACINI, M. J. R. F. A celebração do outro na constituição da identidade. *Organon*, v. 17, n. 35, 2003, p. 201-220.

FERNANDES, A. S. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. *História Social*, v. 1, n. 18, 2010, p. 157-176.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista brasileira de História*, v. 24, n. 47, 2004.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª Ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Microfísica del poder*. Edición y traducción Julia Varela y Fernando Alvarez-Uría. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1979.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 11ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 64-89.

GERMANO, J. W. Ordem e progresso: o discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. *Revista educação em questão*, v. 32, n. 18, 2008, p. 79-112.

GREGOLIN, M.R.V. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 33-52.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução Laurent León Schaffter. 2ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.



HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org. e Trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

_____. The work of representation. In: HALL, S. (Ed.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: SAGE, 1997, p. 15-69.

MATUI, L. C. *O papel do discurso nacional no imaginário coletivo: percepções acerca da identidade latino-americana*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Espanhol) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Alfenas, 2020

ONUJI, J; MOURÓN, F; URDINEZ, F. Latin American perceptions of regional identity and leadership in comparative perspective. *Contexto internacional*, v. 38, n. 1, 2016, p. 433-465. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2016380100012>>. Acesso em 10 jan. 2021

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni P. Orlandi. 5ª Ed. Campinas: Pontes Editores, 2008

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-58.

PRADO, M. L. C. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, n. 145, 2001, p. 127-149.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org. e Trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.



We are what the other is not: representations of nationalism and Latin American alterity in the discourse of Brazilians of the Third Age

Leticia Cestari Matui
Universidade Estadual de Campinas
Paula da Costa Souza
Universidade Federal de Alfenas

Abstract

The study of identity in a postmodern context translates into a complex territory to be covered due to its constant fragmentation and displacement. In this context, alterity is understood as a key concept for the construction of identities: while delimiting the essence of what the “other” is, the subjects also reaffirm themselves as they recognize differences. Based on these concepts and with the aim of contributing to the discussions of the perception that Brazilians have of the Latin American identity, this paper analyzed representations in/of the discourse of nine interviewees from the Universidade Aberta à Terceira Idade program at the Federal University of Alfenas, using Discourse Analysis as methodology. As a result, by contrasting Brazilian identity with Latin American identity, this paper highlights both discursive representations that indicate a feeling of Brazilian superiority and inferiority. It was also possible to identify, through those discursive representations, the presence of remnants of the nationalist discourse of the Brazilian military regime, in which the interviewees lived their formative years, paving the hypothesis that the current discourse from such dictatorship emerges as a possible contributing force to the consolidation of the interviewees’ discursive memory, influencing their perspectives in relation to themselves and the Latin American “otherness”.

Keywords: Identity. Alterity. Discourse. Discursive memory. Latin American.



Somos lo que el otro no es: representaciones de nacionalismo y alteridad latino-americana en el discurso de los brasileños de la Tercera Edad

Leticia Cestari Matui
Universidade Estadual de Campinas
Paula da Costa Souza
Universidade Federal de Alfenas

Resumen

La identidad en el contexto posmoderno constituye un territorio complejo de atravesarse debido a su constante fragmentación y desplazamiento. En este contexto, comprendemos la alteridad como concepto-clave para la construcción de identidades: al paso que delimita la esencia del “otro”, el sujeto se reafirma desde el reconocimiento de la diferencia. Desde estos conceptos y con la finalidad de contribuir a las reflexiones de la percepción brasileña de la identidad latinoamericana, el trabajo analizó representaciones del/en el discurso de nueve entrevistadas del programa *Universidade Aberta à Terceira Idade* de la Universidad Federal de Alfenas utilizando como metodología el análisis discursivo. Como resultado, a través del contraste de la identidad brasileña con la identidad latinoamericana, el trabajo muestra representaciones discursivas que apuntan hacia un sentimiento de superioridad y de inferioridad brasileña. También fue posible identificar desde las representaciones discursivas la presencia de vestigios del discurso nacionalista del régimen militar brasileño, en el que las entrevistadas vivieron sus años de formación, lo que refuerza la hipótesis de que el discurso de la dictadura surge como una posible fuerza a contribuir a la consolidación de la memoria discursiva de las entrevistadas y de sus perspectivas en relación con ellas mismas y a otros sujetos latinoamericanos.

Palavras clave: Identidad. Alteridad. Discurso. Memoria discursiva. Latinoamericano.